

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2006
(Do Sr. Joaquim Francisco)

Solicita informações sobre os efeitos de resoluções expedidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, tornando obrigatória a explanação de procedimentos de segurança em ônibus para transporte interestadual e internacional de passageiros.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes o seguinte pedido de informações sobre os efeitos da Resolução nº 643, de julho de 2004, e da Resolução nº 791, de 09 de novembro de 2004, expedidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, estabelecendo, para as empresas de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, a obrigatoriedade de informar aos usuários os procedimentos de segurança adotados a bordo.

Entre as informações que devem ser apresentadas aos usuários por exposição oral e disponibilizadas por escrito, em local conveniente, como já ocorre na aviação comercial, estão a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança, as localizações das saídas de emergência e os procedimentos para sua utilização, bem como a proibição do uso de cigarros e afins dentro do veículo.

Os acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras são, com frequência, muito graves, especialmente no caso de ocorrências com ônibus, em função do número de passageiros envolvidos. A informação sobre determinados procedimentos de segurança pode, sem dúvida, reduzir significativamente os efeitos desses acidentes.

Com vistas a um maior esclarecimento sobre o tema, solicitamos as seguintes informações:

1 – as exigências constantes das resoluções estão sendo respeitadas e executadas em todo o País pelas empresas prestadoras do serviço de transporte interestadual e internacional de passageiros?

2 – qual é a forma de fiscalização utilizada para garantir o cumprimento da norma e quem são os responsáveis pela execução desse trabalho?

3 – existe algum tipo de penalidade prevista para o não cumprimento das resoluções e qual é a instituição responsável pela sua aplicação?

4 – quais são as estatísticas de acidentes de trânsito ocorridos com ônibus interestaduais e internacionais de passageiros antes e depois da adoção das novas resoluções em questão?

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputado JOAQUIM FRANCISCO